



LUIZ ROBERTO ALVES
luiz.alves@metodista.br

CIÊNCIA E MITO NA GESTÃO INTERNACIONAL

ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing
INTERNEXT – Negócios Internacionais
Rua Dr. Álvaro Alvim, 123 – Vila Mariana.
CEP: 04018-010 – São Paulo – SP

CIÊNCIA E MITO NA GESTÃO INTERNACIONAL

RESUMO

O presente trabalho analisa um fenômeno emblemático da gestão internacional de políticas. Centra-se no respeitado *Economic Outlook*, estudo publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que assessora os principais países do mundo. No correr da análise textual, feita em três momentos da história contemporânea, surge um pensamento técnico-científico auto-explicativo e que, portanto, torna-se autônomo da gestão da *res publica* dos países. Como consequência, subordina os demais saberes sociais, atropela quaisquer mediações e se instaura como mitologia do novo saber capitalista. Suas análises econômicas e administrativas, especialmente aquelas referidas aos governos e mercados da Europa Ocidental, de tal modo reiteram fórmulas e receitas que terminam por apagar o processo nacional e internacional de gestão dos bens sociais. Na volúpia da simetria exigida, tais textos fazem-se similares à estrutura das histórias dramáticas, ou maravilhosas. Ocorre que tais discursos começam a ser vistos como ideologia negadora de bens sociais adquiridos, como trabalho, previdência, educação, saúde e acolhimento aos migrantes. A visão de conjunto do fenômeno se completa pela repercussão do *Economic Outlook* em textos especiais produzidos pela OCDE e que versam sobre políticas de emprego e saúde.

Palavras-chave: Assessoria Econômica Internacional. Gestão Social. Mito. Mediações Intergovernamentais.

ABSTRACT

The present work analyzes an emblematic phenomenon of the international administration of politics. It is focussed in the respected *Economic Outlook*, study published by OECD, Organization for Economic Co-operation and Development, adviser of the main countries in the world. In running the textual analysis, done in three moments of the contemporary history, a self-explanatory technician-scientific thought appears and that, therefore, becomes autonomous of the management of countries' *res publica*. As consequence, subordinates other social knowledge, runs over any mediations and it is established as mythology of the new capitalist background. Their economical and administrative analyses, especially those referred to the governments and markets of Western Europe, in such a way they reiterate formulas and incomes that end up turning off the national and international process of social management. In the pleasure of the demanded symmetry, such texts are made similar to the structure of dramatic or wonderful stories. And when that speech of scientific meaning and mythical significant is revealed to the European populations as ideology denier of acquired social goods, as work, retirement pension, education, health and migrant attention, some results appear in the manifestations and protests. The whole OECD's vision is assured by analysis of others texts on politics of health and employment.

Keywords: International Economic Adviser. Social Management. Myth. Inter-government Mediation.

“... detrás de la metáfora hay algo más que una sustitución ornamental de la realidad”.
(Juan-Eduardo Cirlot)

1 INTRODUÇÃO E DESTAQUE DO CASO-PROBLEMA

Este trabalho não pretende ser exaustivo, mas ser capaz de discutir e de algum modo demonstrar a riqueza política – e simbólica – de um caso de gestão internacional de governos. Ao fazê-lo, encontra no interior do caso os sentidos originais desse gênero literário-científico e seu processo de comunicação. Quer seja predominantemente narrado, com destaque sobre o movimento de personagens, quer descrito, e aí se amplia o caráter e a posição dos atores, o caso se dirige sempre à exemplaridade. Não como verdade universal, mas como fulcro de fenômenos sociais, imaginários ou vividos, cuja narratividade abre amplos espaços para a pesquisa posterior, ou para o deleite dos ouvintes e leitores. Visto que não comporta hipóteses, embora não negue tendências do observador ou intérprete, o caso exige leituras recorrentes e acompanhamento crítico a fim de que o ponto final em sua narratividade seja o início de outras leituras e novas críticas. Sua análise comporta as visões histórica e estrutural. As velhas narrativas teológicas e filosóficas foram os motivos e motores dessa estimulante criação literário-científica, sejam os textos platônicos, sejam os do gênesis bíblico. Com base nelas criou-se toda a estrutura dicotômica de narrativas ficcionais e narrativas científicas, notadamente a partir do Romantismo. No último século, as escolas européias denominadas Formalismo e Estruturalismo levaram o seu estudo ao rigor máximo da dinâmica entre paradigmas e sintagmas, isto é, blocos verticais de sentido e expansão horizontal de situações. O acúmulo de sintagmas – frases e períodos, ou motivos narrativos – pode levar à formação de paradigmas, idéias estruturadoras, blocos de significação. Tal teoria evidentemente se aplica tanto às narrativas ficcionais, inclusive midiáticas, quanto às científicas. De fato, essas escolas encontraram os casos no interior das inúmeras narrativas de exemplaridade, via de regra como instâncias de motivos da vida cotidiana e da imaginação humanas. Na esteira dessa teorização, o Funcionalismo norte-americano criou memoráveis compêndios de relatos, de casos da memória humana.¹ Não é de estranhar, pois, que a produção científica estrutural-funcionalista da economia e da administração tenha empenho especial em trabalhar com casos, em relatar casos de sucesso. A Antropologia, a Psicoterapia e a Gestão das Organizações apropriaram-se fartamente desses fundamentos. Deste modo, o movimento da inteligência que vai da Filosofia à Economia e às Ciências Sociais Aplicadas encontra no caso o lugar adequado para o intercâmbio entre as teorias e sua aplicabilidade social. Salvo o conhecido risco, bem conhecido dos pesquisadores, de o caso se travestir em receita e exemplo reproduzíveis, os casos trabalhados nas Ciências Sociais Aplicadas sugerem a memória de sua origem: trata-se de exemplaridades dinâmicas e mutantes. Têm regras, especialmente em sua tipologia, mas tais normas são flexíveis. Podem radicalizar um fenômeno, mas não o mitificam, pois o mantêm aberto. Têm início, meio e fim, mas não são uma totalidade; ao contrário, participam das gestões mediadas por negociação, conflito, tomada de decisão, implementação e processo avaliatório, fundamentos de uma ciência aplicada. O caso assim tratado, constituinte da narrativa social, política, econômica ou administrativa, midiático ou não, fica claramente do lado do *logos* e não do *mythos*, visto que estimula a ocorrência de explicações, demonstrações, comparações, agregações de dados que

¹ Vide, entre outros, textos de BARTHES, R.; BREMOND, C.; GREIMAS, A.J. **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix, 1977. Assim também, GENETTE, G. **Figures**. Paris: Éd. du Seuil, 1966; PROPP, Vladimir. **Las raíces históricas del cuento**. Madrid: Fundamentos, s.d.

levem a novos discursos e descobertas.² Para Barthes (edição brasileira de 1972) o mito moderno se aproveita da história, faz-se história, puxa para si toda a significação de uma história e se organiza como forma totalizadora. O mito deforma a história, pois a naturaliza. O caso, como qualquer narrativa, pode ser aprisionado pelo mito a favor de certa ideologia, notadamente depois que se autonomiza da visão crítica e se cristaliza num suposto *consenso*. No entanto, para muitos o caso mitificado parecerá história verdadeira, *naturalmente*... Por isso, a fotografia de um jovem soldado argelino a reverenciar a bandeira francesa ainda nos anos 60 é construção mítica, como também o é o sorriso do jovem de 2007 diante do primeiro precário emprego nas propagandas institucionais. Em consequência, se uma narrativa pretensamente científica construir em torno de si um olhar totalizador, exemplar e que não aceite o contraditório e a mudança, estaremos diante de um caso mitificado. Ensina Cirlot que quando as categorias de espaço e tempo dão lugar, nas narrativas, às de intensidade e associação, o seu processo simbólico às leva em direção ao mito.³ No tempo e no espaço é que se dão as mediações econômicas, sociais, culturais. Cristalizada a narrativa, sua reprodução social intensifica-se e se associa a necessidades e desejos humanos, que completam o quadro mitificado e mitificador. Quão intensa é a associatividade simbólica em torno de Édipo e, do mesmo modo, em torno dos produtos gerados pelas máquinas das revoluções industriais. Quantas vezes ouvimos nossos pais e avós dizerem que seus aparelhos domésticos eram bons, aliás ótimos, porque “eram modernos”? Esse é, pois, o gênero cultural-comunicacional aqui tratado. Portanto, a primeira constatação, de ordem metodológica, é que o ensino de ciências sociais aplicadas pode preencher o horizonte dos estudantes com mitos, que se transmutam em estruturas narrativas totalitárias, quando pretensamente se oferecem casos à consideração, exemplos para o trabalho argumentativo em sala de aula ou em debates.

² O *Simpósio*, de Platão, tem início como um caso, visto que alguém aborda na rua um dos participantes dos diálogos socráticos e lhe pede que conte um caso, pois soubera de algo que não lhe era claro. “Raccontameli tu, dunque; che non c’è nessuno a cui si possa ricorrere con piu ragione che a te...”. Texto bilingüe greco-italiano de **II Simposio**. Venezia: Marsiglio, 1992, p. 9. Entre as antigas histórias da Administração brasileira, pode-se citar a de VIANNA, Hélio. **História administrativa e econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d. A obra dedica 60 páginas à história do que supõe ser Administração no Brasil e 250 à Economia. Quando narra, o caso ganha rapidamente a condição de mito: “partir de 1849 passou o Segundo Reinado a gozar de um largo período de paz interna, que durou quarenta anos, até a Proclamação da República. Aproveitando-o, grandes reformas foram realizadas, em todos os setores administrativos, de modo a permitir o progresso geral do Império”. Sobre a escravidão, seu discurso fundamental versa sobre a permanência dos ex-escravos nas fazendas sob pagamento regular pelos serviços prestados. Textos contemporâneos sobre gestão público-privada e de terceiro setor têm nos casos amostra concreta de *best practices* e banco de dados rico de experiências, indispensáveis para a crítica acadêmica. Vide os *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, da FGV*. Algumas análises correm o risco da exemplaridade-receituária, salvando-se exclusivamente pelo caminho teórico, que abre aos estudantes o direito de pesquisa e descoberta pessoal. Aqui pode-se citar KANTER, Rosabeth Moss. Sucesso local na economia global. In: **Harvard Business Review**, v. 81, n. 8, agosto 2003, p. 97-105. Os estudiosos de comunicação e cultura nas organizações buscam na arte casos para o debate, como o excelente filme *Mauá, o Imperador e o Rei*, para pensar a gestão público-privada e outra obra do cinema contemporâneo, Jerry Maguire, a grande virada. No primeiro, as vicissitudes da gestão pública de pé-quebrado que sempre tivemos no Brasil e no segundo um símbolo do capitalismo à americana, tema recorrente desde o trabalho genial de Chaplin. Interessante que uma obra de referência para trabalhar a situação do trabalho no mundo, *Spaces of Work, global Capitalism and Geographies of Labour*, organizada por Castree, Noel et al. Sage Publications, 2004, inicia-se por cinco casos de trabalhadores espalhados pelos quatro cantos do mundo, inclusive no Brasil, construindo-se com o devido rigor científico a partir das narrativas. Tinha razão Octavio Ianni que, ao pronunciar a sua última aula magna, nas Ciências Sociais na USP, 2004, afirmou que as narrativas produzem a convergência contemporânea entre ciências e artes.

³ CIRLOT, Joan-Eduardo. Prólogo a la primera edición de **Diccionario de Símbolos**. Barcelona: Labor, 1978, p. 12.

Na análise dos discursos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴, órgão assessor de dezenas de países e responsável pelas análises de conjuntura, bem como pelas referências que garantam os acordos firmados pelos países membros da União Européia e outros blocos da sociedade que se globaliza, o que se encontra é um caso econômico fechado às mediações do fazer político-administrativo. Noutras palavras, os países devem aplicar as fórmulas do neoliberalismo, bem conhecidas, sem maior discussão, ou referendo, das populações. Essas mediações entre as fórmulas econômicas e a realidade vivida, que aqui se busca discutir, compõem uma pedagogia dos conflitos e um conjunto de decisões capazes de equilibrar as diferenças entre liberalismo e bem-estar social. Apresentar o pretense caso e estimular a discussão das mediações constituem o objetivo deste trabalho.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O método já enunciado, que trabalha o caso a partir de suas premissas sócio-lingüísticas e perfaz o círculo de informações entre a narrativa intergovernamental e a vivência das populações, o discurso e suas referências sociais, tem como objeto o trabalho dos *experts* em Economia da OCDE, que assessoram a gestão, por exemplo, da União Européia no cumprimento de seus acordos, dentre os quais o de Maastrich é etapa convergente.⁵ Este trabalho não questiona o mérito das estatísticas nem o estudo de conjuntura realizado pelo órgão citado, visto que é evidente a aceitação da OCDE como relevante, como referência. Trata-se de ver como as narrativas econômicas da Organização, hoje de âmbito global, constroem sentidos para a gestão dos países e qual o caráter que essas narrativas vão tomando na medida em que redundam e se cristalizam como fórmula discursiva. Evidentemente, o acompanhamento do caso respeita os objetivos da própria instituição, que se apresenta como uma “decifradora de motivos emergentes e identificadora de políticas capazes de produzir estratégias no interior dos governos e da sociedade civil”. Além disso, sua missão, seu *very heart* se expressa em “*dialogue, consensus, peer review and pressure*”. O fato de trabalhar sistematicamente com análises, surveys e recomendações faz da OCDE uma vitrine, referência exemplar. E sua profissão de fé na governança democrática e na economia de mercado definem as linhas narrativas que serão acompanhadas.

⁴ O autor preferiria traduzir Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) por Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED), como também se pode encontrar na bibliografia. No entanto, em razão de similaridade com organizações internacionais grafadas como OCED, permanece aqui a grafia mais comum, OCDE.

⁵ O Tratado de Maastrich foi assinado em 7 de fevereiro de 1992 e, a partir do acúmulo que vem desde o Tratado de Roma em 1957, coloca os fundamentos da União Européia: moeda, movimento de capitais, comportamentos econômicos multilaterais, etapas e exigências para integração e inserção de países na UE. A OECD, instituição assessora da União Européia, mostra seu poder na própria apresentação de sua página eletrônica: “The OECD groups 30 member countries sharing a commitment to democratic government and the market economy. With active relationships with some 70 others countries, NGOs and civil society, it has a global reach. The OECD plays a prominent role in fostering good governance in the public service and in corporate activity. It helps governments to ensure the responsiveness of key economic areas with sectoral monitoring. By deciphering emerging issues and identifying policies that work, it helps policy-makers adopt strategic orientations. It is well known for its individual country surveys and reviews. Dialogue, consensus, peer review and pressure are at the very heart of OECD. Its governing body, the Council, is made up of representatives of member countries. It provides guidance on the work of OECD committees and decides on the annual budget. It is headed by Angel Gurría, who took up the post of Secretary-General on 1 June 2006”. A antiga instituição de cooperação européia, que mediou a aplicação do Plano Marshall na reconstrução do velho continente pós segunda guerra mundial, foi re-fundada em convenção de nações, segundo declaração de 14 de dezembro de 1960. A partir daí, a OCDE ampliou suas relações e seu poder.

O seu principal documento, mais amplamente veiculado e conhecido, denominado *OECD Economic Outlook*, foi acompanhado entre 1992 e 2005, com destaque para o próprio ano de 1992 – publicado em dezembro – e os *Outlooks* de 1999 e dezembro de 2005, portanto o penúltimo da série.⁶ Embora a OCDE trabalhe contemporaneamente com grande número de países, este trabalho se concentra em seu discurso para a Europa, embora produza relatos por comparação, os quais se constituem contrapontos necessários para entender as recomendações à chamada área da moeda euro, introduzida no final da década passada. Para construir maior visão de conjunto e completar a demonstração objetivada, este estudo repercute o recorte fenomenológico do *Economic Outlook* em estudos circunstanciais da OCDE, a saber: análises de 2004 e 2006 sobre políticas de emprego e implementação dos programas de saúde nos países assessorados pela OCDE. Convém esclarecer que a fundamentação sócio-lingüística do estudo considera o recorte citado como suficiente para a compreensão da retórica, da visão de mundo, da ideologia e do objetivo político do ilustre organismo assessor do capitalismo internacional. No entanto, à guisa de ampliação do sentido didático do estudo, a fundamentação vai repercutida em textos complementares.

A par dessa matéria, este trabalho se fundamenta nas teorias das estruturas narrativas, dos contos, relatos e mitos. Num tempo em que se supõe terem terminado as grandes narrativas iniciadas no Iluminismo do século XVIII, é indispensável que, no interior do processo de globalização, os investigadores das ciências humanas e sociais trabalhem as narrativas localizadas nas organizações locais, regionais e globais, pois é de se supor que possam nascer novos modos e sentidos de narrar, de conhecer e de interpretar a realidade. Visto que se centra na construção teórico-prática do caso, este trabalho busca as fronteiras das novas narrativas, lugar em que os casos se fazem mais ricos de sentidos, desafiando pois a ciência social aplicada a melhor aproveitar-se dele como veículo de conhecimento.

3 PRIMEIRA DIAGNOSE – O *ECONOMIC OUTLOOK* DE 1992

Nesse ano a OCDE afirma ser difícil prevenir o desemprego, visto que indicadores amadurecidos e trabalhos especializados indicam fraqueza econômica geral, exceção feita aos Estados Unidos da América. As empresas trabalham com a mão no freio, reduzindo custos em face das “buoyant asset-market conditions” da segunda metade dos anos 80. Observa-se restrição de investimentos e consumo cauteloso. Espera-se que o crescimento gire em torno de 2% no ano de 1993 e 3% em 1994. Observa-se o crescente ajustamento econômico. Estima-se um desemprego de 8,3% em toda a área coberta pela OCDE, o que significa 34 milhões de pessoas da força de trabalho disponível. Como consequência, pode-se ocorrer que vários países cobertos pelas análises cheguem a taxas de desemprego além de um dígito. Além disso, deve-se entender que o desemprego é cíclico e de longo termo, o que pode causar erosão moral e dificuldade financeira para famílias e grupos sociais amplos. No entanto, a inflação continua em queda, o que se dá desde 1990. Se alcançar 2% em 1994 será a menor desde o longínquo 1960. De outra parte, observa-se grande crescimento na Ásia, sazonalidade na América Latina entre os que adotaram regras macroeconômicas estabilizadoras e políticas simétricas de longo prazo. Visto por este ângulo reformador, o declínio do Leste europeu pode chegar ao fim. Novamente vistos como um todo, os estados em que a inflação é baixa e o desemprego é alto costumam promover ajustes macroeconômicos a fim de garantir demanda de curto prazo. Isso pode ser feito, mas por pouco tempo, a fim de não comprometer o crescimento no médio prazo. Essas ações dependem de “careful consideration of a wide range

⁶ OECD. **Economic Outlook**. Publicado simultaneamente em vários centros dos estados-membros da OCDE. Os textos aqui trabalhados foram publicados nos finais dos anos de 1992, 1999 e 2005.

of economic and financial indicators”. Convém atentar para o perigo de distorções nas relações entre agregados da economia, preços e renda. Nessa linha de pensamento, a Europa é criticada, pois suas políticas domésticas buscaram manter preços fixos e taxas rígidas por um longo tempo, o que se torna impossível em razão do presente “exchange market turmoil”. Um destaque é feito para a Alemanha, cujas atitudes contra a inflação doméstica coincidem com facilidades monetárias nos EUA, o que leva a fortalecimento de moedas européias contra o dólar e o yen, de que resulta a diminuição da competitividade. A atividade econômico-financeira cai e o desemprego aumenta.

A análise caminha para recomendações e conselhos, cuja tônica é: restabelecer a credibilidade das políticas monetária e fiscal. Acrescenta que é difícil usar política fiscal para a reativação econômico-financeira porque há déficit estrutural nos orçamentos da maioria dos Estados-membros. Convém obedecer aos projetos comuns estabelecidos pela UE sobre este ponto. Acresce que todas as atitudes no sentido de expandir temporariamente políticas fiscais precisam garantir confiança junto aos mercados financeiros, isto é, comprometer-se perante eles no sentido de reduzir taxas de débito do *Gross Domestic Product* (GDP) ou PIB a níveis sustentáveis em médio prazo. Deste modo, no contexto da fraca recuperação verificada no ano de 1992, deve-se priorizar uma base de capital físico e humano com vistas ao crescimento futuro. Sair das políticas passivas de apoio aos desempregados para as ativas de geração de perspectivas de emprego. Outra forma viável: criar infraestrutura que garanta educação básica e treinamento para jovens e adultos. Aqui cita-se o exemplo da Nova Zelândia, cuja ação dirigiu-se à “valorização do dinheiro público” e produziu boas políticas econômicas e sociais.

Lembrar que em 1992 o desemprego alemão era de 7,6%, enquanto o japonês alcançava 2,1%, o americano 7,4% e o italiano 10,5%. Nesse ano o PIB dos EUA decrescera 4,7% e o do Japão avançara 1,3%, enquanto o da Itália chegava à diminuição de 11,1% e o da Alemanha batia em 3,2% negativos. De modo geral, a Europa tinha PIB negativo de 5,4% contra 3,8% de toda a OECD.

4 SEGUNDA DIAGNOSE – O *ECONOMIC OUTLOOK* DE 1999

A análise demonstra que se espera um crescimento de 3% e a inflação se encontra controlada na área da OCDE. Razões da positividade: crescimento americano, grande expansão dos negócios japoneses e coreanos. Quanto à situação da Europa, “slightly better Outlook”. A inflação está contida em cerca de 2%. A Organização amplia sua área, com a incorporação da República Checa, da Hungria, da Coreia e do México. Os documentos gerais do ano apontam o déficit americano crescente, que contém riscos de inflação e produz cenário perigoso para todo o mundo. Trata-se de uma economia trabalhando acima do potencial, com alto investimento em tecnologia e mercado de trabalho comprimido, tenso. A presença da Coreia sugere o apontamento de seu grande crescimento, mas sem que se tenham completado os ajustes e reestruturações, de que decorre um fenômeno tido como usual, isto é, dado o sucesso no crescimento geral, os governos deixam de lado as reformas econômicas e o ciclo vicioso irrompe outra vez. Passando à América Latina, o que se observa é sua fragilidade. Retornando ao plano geral, a virada do século exige duas observações: o intercâmbio comercial tenso pode afetar o diagnóstico e a chegada do ano 2000 porta o risco de *disruptions* por causa da falta de preparação dos mercados. Não há outras explicações sobre estes dois pontos. Os dados sobre desemprego na União Européia são levemente positivos, e isso em razão das reformas trabalhistas e do mercado produtivo, o que é motivo para acelerar o processo de reformas acordadas. Apesar de inflação controlada, o risco europeu reside nas pressões sobre a aceleração de preços, de que decorre a perda de competitividade. Daí a urgência na continuidade das reformas estruturais e do fisco. Relembre-se que o crescimento

orçamentário em alguns países pode sugerir extraordinário crescimento econômico, o que forma a base para o relaxamento fiscal. Convém não repetir os erros políticos da segunda metade dos anos 80 e início de 90, que levaram à rápida deterioração da realidade fiscal. O que se exige agora, na passagem do século, é a consumação de *sound public finances*, finanças públicas saudáveis.

O crescimento esperado no biênio 1999-2000 é de 3,5% para os EUA, 1,4% para o Japão e 2,5% para a área-euro. Recorda a turbulência russa e sua influência sobre muitos países e vaticina que as taxas federais americanas subirão no final de 2000 para 6,5% se a inflação acelerar e a economia ficar acima do potencial. Quanto aos índices de desemprego, enquanto EUA e Japão garantem 4,2% e 4,7% de sua força de trabalho, a região do euro chega a 10,2% e somente a Europa 9,4%. No entanto, há algum crescimento de emprego. Em relação ao período anterior, a área do euro avança 1,5%, igual ao crescimento americano nesse campo. A inflação total dos países associados à OCDE fica em 2,6%. Para clarificar as estatísticas, informa-se que no ano de 1999 a força de trabalho americana conta com 134 milhões de pessoas, enquanto no Japão são 67 milhões os trabalhadores e trabalhadoras disponíveis. Para ficar com dois países da área do euro, a Alemanha conta com 39.657.000 pessoas em condições de trabalho e a Itália 22.604.000. Detalhando mais a questão do desemprego, destaque-se que a Itália tem quase 12% de trabalhadores fora do mercado de trabalho, chegando a 15,8% na Espanha e 9,0% na Alemanha. O balanço geral estimativo do ano mostra que a economia japonesa decresceu 5,1%, os EUA 0,1% e a área do euro quase 2%.

5 TERCEIRA DIAGNOSE – O ECONOMIC OUTLOOK DE DEZEMBRO DE 2005

São citados novos membros: Islândia, Polônia, República Eslovaca e a OCDE amplia suas análises para economias ao mesmo tempo emergentes e fortes, a saber: Brasil, Rússia e China, não membros, mas escolhidos pelo seu valor comparativo. A China merece um capítulo especial denominado *How big is China?* Surge também algo novo do ponto de vista editorial, um texto do economista-chefe Jean-Phillipe Cotis, que discute a robustez das economias e seus desafios. Os destaques vão no sentido de que o crescimento mundial avançou nos últimos meses desse ano. É forte na América do Norte, grande na Ásia, bem estabelecido no Japão e, no que toca à Europa Continental “recupera-se das últimas ondas de fraqueza”. As razões são estas: juros baixos, depreciação do euro e bolha de exportação. No entanto, demanda doméstica ainda é baixa e há sinais de dinamismo e turbulência. Lembra-se dos EUA e seus desastres naturais, que também vão refletidos na questão da energia e aí vai embutido o problema do petróleo. Aliás, o preço deste ajuda a impedir o maior crescimento, especialmente da Europa. No entanto, a turbulência advinda dos preços do ouro negro não evita estabilidade de preços, inflação contida e demandas razoáveis. Por falar em Europa, o *overview* discute que se trata de economia convalescente. Por isso, a despeito dos elementos positivos descritos (preços, crescimento americano-asiático e altas entradas dos exportadores) há riscos substanciais (“but the risks surrounding such a forecast are substantial”) e eles se definem como subida do preço do petróleo, piora dos balanços e abrupta mudança nos realinhamentos das taxas de juros. Se isso ocorrer, o desenvolvimento dependerá diretamente da capacidade de recuperação econômica dos países. Quem poderá fazê-lo?

Em 2005 há certas projeções. Supõe-se que os EUA cresçam 7% do seu PIB/GDP em 2007. China e Japão preparam superávits. A receita é uma só: “adjusting policies becomes increasingly pressing”. A área do euro deve aproveitar a onda – pouca inflação e economia armada contra o relaxamento fiscal – e começar a reestruturar as finanças públicas. A redução

do déficit europeu é indispensável para um tempo harmonioso, que não virá como dádiva e si esforço. Acima de tudo, manter o sistema de mercado aberto e as reformas decididas.

Seguem-se dados. O crescimento estimado do PIB para 2006 nos EUA é de 2,9%, superando pois os 2,7% de 2005. De seu lado, o Japão alcança 2,0%, pouco abaixo dos 2,4% do ano em análise e o espaço integrado europeu estima o crescimento em 3,5%. A inflação da região do euro mantém-se nos 2,0%. A despeito disso, o comentário dirigido à Europa aponta que “intra-regional developments continue to exhibit strong diversity”. A diversidade não soa como positiva. Os dados sobre o desemprego apontam queda: 5,1% nos EUA, 4,4% no Japão, 9,3% na Alemanha e 7,7% na Itália. Incrementa-se o emprego americano em 1,6%, respondendo a Alemanha por 0,2% de incremento e a Itália 1,1%. O caso italiano merece comentário no sentido de que há recuperação de quatro anos e meio de recessão na produção industrial, mas continuam os riscos do preço do petróleo e da erosão da competitividade no âmbito internacional. O sinal de alerta italiano está no déficit orçamentário de 4,3%.

O capítulo sobre o Brasil anota crescimento vigoroso em 2004, que se segue por alguma queda em 2005 e inflação esperada de 4,5%. No entanto, a exportação robusta e a prudência no gerenciamento macroeconômico garantem balanço positivo, inflação controlada e pouco mais de 3,0% de crescimento de PIB real. Destaca a lei de falências e as parcerias público-privadas como importantes passos para avançar no rumo de reformas estruturais. Não se esquece das turbulências políticas do ano, com destaque para a questão dos malefícios no financiamento de campanhas eleitorais e dos riscos do processo eleitoral, da demanda que altere níveis inflacionários e dos reajustamentos de mercado em direção a outras áreas geográficas mais atrativas.

6 A AUTORIDADE DO DISCURSO CANÔNICO

A Europa tenta, desde os tratados da Comunidade Européia dos anos 50 (comemora-se neste 2007 o quinquagésimo ano do Tratado do Roma), construir a convergência entre mercado e sociedade. A chamada Europa do Povo tem sido, sob riscos, o esforço em trabalhar socialmente o Liberalismo. Daí as crises marcadas pela ação da esquerda e da direita. As quais ajudam a compreender a negação à Constituição na França e na Holanda, com apoio dos diversos contendores. O território de 450 milhões de pessoas e renda *per capita* de 24.000 dólares anuais (considerados os 25 países) é analisado pela OCDE sob bases conhecidas do modo de produção social denominado Neo-Liberalismo, ao jeito europeu. Trata-se, como sugere documento oficial do Conselho da União Européia de 21 de março de 2005, de pactuar o equilíbrio entre crescimento econômico e estabilidade de preços. Tal proposta deriva de uma premissa colocada no texto: a necessidade de criar empregos, implementar reformas estruturais e ampliar a coesão social. Daí que as políticas econômicas e orçamentárias precisam priorizar as reformas econômicas, a inovação, a competitividade e o fortalecimento de investimentos privados em fases de fraco crescimento. Tudo isso reflete orientações orçamentárias das nações e da União Européia e se dirige particularmente à reestruturação das rendas e despesas públicas, que exige a manutenção de uma disciplina orçamentária de acordo com o projeto de Constituição européia e do Pacto de Crescimento. Assim se colocam as idéias-força, em torno das quais vimos a elaboração insistente e coerente da OCDE, que assessora esse processo. Destarte, esse discurso deve convergir para a razão de ser da própria União, que pactuou a existência de instituições estáveis a favor da democracia e do estado de direito, o respeito e a proteção às minorias; idem a existência de uma economia de mercado vital capaz de suportar pressões internas e externas; enfim a capacidade de todos os estados em assumir as obrigações e objetivos dos tratados. As conseqüências econômicas e jurídicas saltam à vista: deve-se afrontar o jogo do mercado em processo de globalização e

reformular continuamente as estruturas internas dos países em matéria de indústria, agricultura, mercado de trabalho e ambiente; do mesmo modo, considerar que os países se encontram ainda díspares na sua elaboração político-cultural. Hoje se considera que se trata de uma profunda desigualdade cultural desdobrada em ação política.

Diante desse cenário, os textos da OCDE deixam suas marcas. Eles se estruturam em três paradigmas. O primeiro evidencia os pactos, tratados e acordos, cuja memória deve ser continuamente atualizada, como fonte de sustentação e equilíbrio. Trata-se, pois, do paradigma do discurso *harmônico-finalista*. O segundo paradigma destaca os sucessos, primordialmente econômicos e, tangencialmente, sociais, administrativos e políticos, mostrando contrapontos de risco e fracasso nas mesmas áreas. A este discurso pode-se dar o nome de paradigma do *bloco da prosperidade*. O terceiro paradigma pode denominar-se *governo avalizável pelo mercado*. Segundo ele, todas as experiências governamentais necessitam da chancela das forças do mercado, isto é, de sua confiança. A descrição das diagnoses encontrou sistematicamente o movimento dos três paradigmas, garantidores da autoridade a priori. O projeto de unidade européia produziu pactos, acordos e tratados, os quais devem ser sistematicamente obedecidos com vistas à sua sustentação. Decorre daí a narrativa de um conjunto de ações e procedimentos comprobatórios do primeiro paradigma, por sua vez instituidores do segundo paradigma, o da prosperidade. Em alguns poucos momentos das diagnoses narra-se um conjunto de sucessos tido como variação dentro dos paradigmas. Por isso mesmo (vide o controle da inflação e o aumento da demanda de consumo) a narração o tem como fenômeno provisório, que os estados-membros podem realizar no limite das obrigações que levam à harmonia e à prosperidade. O que se afirma taxativamente é que um tempo de crescimento não pode permitir relaxamento fiscal e adiamento das reformas e ajustes estruturais. Ao contrário, estes são a primazia. Ademais, quaisquer políticas fiscais devem ser aprovadas pelos agentes de mercado e, portanto, carece garantir confiança junto a eles, isto é, os governos devem se comprometer em reduzir taxas de débito do PIB em médio prazo.

Os paradigmas da memória harmônica, do bloco da prosperidade e do governo avalizável pelo mercado comportam o contraditório circunstancial, mas jamais a dialética entre o pensado e o vivido, a proposta inovadora e sua gestão concreta na vida das pessoas e instituições. Trata-se de um bloco semântico fechado que organiza toda a expressão sintagmática dos diagnósticos anuais da OCDE. O paradigma-fórmula se organiza em metáfora não-escrita, mas fortemente indutora de poder: *as referências econômicas liberais são a condição de crescimento e desenvolvimento dos países*. O valor de intersecção, indispensável nas metáforas, é *condição*. De algum modo, nem as referências econômicas do liberalismo atualizado, nem o crescimento/desenvolvimento são totalidades, mas dados para compor um suposto projeto de progresso humano em sociedade. Ocorre que o primeiro termo projeta-se como condição do segundo na redundância, nas repetições e ênfases dos especialistas da OCDE. Deste modo, dois termos que seriam parte de um todo sócio-político se organizam como instituidores de um novo sentido, de uma condição que se passa a impor. Essa condição tem a sua “verdade” no texto, pois agrega elementos que consubstanciam o sentido programado. Cabe aqui a imagem de Greimas e Courtés visto que na análise de discursos a metáfora interessa quando é capaz de “prolongar-se”, “esticar-se” para outros blocos discursivos, criando amplas conexões.⁷ É o que ocorre nos textos analisados da ilustre assessora dos principais países do mundo contemporâneo. Entre os muitos sintagmas cooptados para compor o paradigma, seguem alguns: *redução do déficit europeu é forma de crescimento sustentado, desenvolvimento forte (proposto pelas referências contidas nos*

⁷ Metáfora. In: **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, (s.d.),

textos) é conquista, bem público é sistema de mercado aberto e reformas estruturais, a Europa persiste convalescente (porque segue o figurino econômico de modo inadequado), a América Latina é o cenário da fragilidade, relaxamento fiscal significa deterioração da performance nos ajustes, concessões trabalhistas levam a perda de competitividade. Quando se agregam estas frases à metáfora virtual construída, tem-se o sentido retórico da figura, isto é, os escritos da OCDE apresentados aos países como assessoria transcendem seu papel e se tornam fundamentos, ou pilares sócio-políticos, condição para todo o crescimento das sociedades. A obra dirigida por Dubois (1974) mostra que a metáfora de fato não substitui sentido, mas modifica o conteúdo semântico de certos termos.⁸ A assessoria, a recomendação, passa a ser a encarnação da diretriz capitalista para o mundo. Não cabe na metáfora virtual um diálogo sobre variantes e alternativas à sólida simbolização desejada, base do novo paradigma. Se coubesse, traria ao debate político dos blocos e outras instâncias intergovernamentais, experiências locais ou regionais capazes de alterar o rumo das decisões tomadas, ou contribuições inesperadas de segmentos dos estados-membros que recolocam aspectos da dinâmica social vivida. Não são as fórmulas que têm de mudar e sim o processo político dos países, talvez o destino de todo o seu povo. Também não cabem discussões mais amplas sobre políticas sociais, capazes de fazer ver um modo mais integrador da economia da cultura, da saúde, da educação. Nos *Economic Outlooks* não cabem tais discursos. Quando são feitos, em separado, tais estudos também apontam para mudanças previdenciárias e de regulação do sistema de saúde (como ocorreu em fevereiro de 2007 na Alemanha) a fim de se alcançar os objetivos econômicos colimados nos acordos intergovernamentais europeus. Muito menos são citados economistas que contradigam as fórmulas historicamente atualizadas. Não há uma norma institucional que proíba entrar nesses campos ou considerar mediações, pois o próprio anúncio da missão da OCDE, como já visto neste trabalho, comporta sugerir a construção de políticas com vistas ao fortalecimento da governança democrática. No entanto, essas políticas estão aprisionadas por uma semântica que as remete sistematicamente ao trilho das fórmulas da economia liberal de mercado, evitando, pois, qualquer assimetria, que é o campo de enfrentamentos das mediações sociais e políticas, o campo da cultura política que o processo de globalização teima em mitigar, senão mesmo extinguir.

Portanto, os sintagmas, que são os blocos textuais que compõem as diagnoses da OCDE, não têm nenhuma autonomia para compor os paradigmas, cristalizados *a priori*. Daí a ruptura entre a economia e a gestão dos bens sociais, que deveriam ser um corpo único na condução da União Européia. Todas as referências à doença (ou convalescença) da Europa, seus desvios de conduta, sua incapacidade de reformar a favor da economia de mercado, seus vícios e sua ineficiência burocrática são da ordem administrativa, portanto domínio da gestão dos bens, problema de governos talvez incompetentes. Ao contrário, o fenômeno econômico atualiza paradigmas para consertar o administrativo e reverter os males. De fato, negam-se as mediações próprias do fazer administrativo. O econômico é a totalidade; a gestão dos bens sociais é um coadjuvante precário. Por isso, fica fora de questão o movimento social que pressiona continuamente os governos e o sistema empresarial para escapar dos cânones econômicos, especialmente o sindicalismo. Também não tem lugar a discussão de outras formas de equilíbrio monetário e fiscal, por exemplo a partir do valor agregado na gestão de políticas sociais, como proposto pelo Nobel de Economia Amartya. Idem os conflitos – característicos da gestão – relativos à diversidade histórico-cultural (tempo e espaço) dos agrupamentos, regiões, países. Noutras palavras, o discurso canônico da OCDE não admite as mediações vividas no processo de gestão público-privada, nem mesmo diante do fato de a

⁸ **Retórica Geral.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974, p. 151.

origem de todo esse projeto de unidade européia ser política, uma espécie de apelo humanizante diante das desumanidades vividas pelo Continente entre 1914 e 1945. Longe disso, os paradigmas estão canonizados num corpo virtual e dali são destilados gota a gota, construindo sintagmas-fórmulas capazes de intervir na vida social dos Estados para somente atualizar os paradigmas. De algum modo, pois, o discurso econômico da OCDE torna-se autônomo da própria centralidade política a que serve e essa autonomização tem as características de um caso dominado por um projeto ideológico que caminha para o mito, a partir de sua estrutura de contos de fadas.

7 O CÂNON MITIFICADO E SUSPEITOSO

A estrutura casuística das análises da OCDE em relação à União Européia se organiza como ficção. A despeito de ser politicamente lamentável, agrega, no entanto, valor teórico para se pensar os paradoxos da internacionalização sócio-econômica. Lamentável porque a canonicidade do econômico provoca rupturas crescentes no mundo do trabalho, na memória do bem-estar social, na relação das nações com o processo migratório e na capacidade de diálogo das culturas diferentes. Esse cânon econômico paralisa os governos ou sugere um jogo de empurra quando, por exemplo, nos debates do Fórum Econômico de Davos, eles são incapazes de tomar qualquer decisão a favor do próprio clima da Terra e seus evidentes perigos, visto que isso pode significar o abandono de fórmulas e o risco de quebra de estruturas econômicas internacionais já comprometidas. Claro que o suposto consenso imposto amealha mais protestos de rua e dissenso entre governos. Provavelmente será impossível evitar a crítica aos fundamentos do consenso, porque ele é mau para o trabalho humano e para a ecologia, duas centralidades universais pela ótica do dissenso. Ademais, esses paradoxos são utilíssimos porque permitem ver fronteiras mutantes entre saber e poder, ou de como a demarcação dos campos do saber, na dinâmica social contemporânea, exige novas linguagens, não bastando nem de longe o arcabouço político herdado no privilégio de um campo sobre o outro, fenômeno homólogo às profundas desigualdades econômicas e culturais. Blocos estabelecidos de sentido – paradigmas – que usam sintagmas – frases e períodos descritivos ou explicativos – de modo canônico, doutrinário e assim determinam todo um processo social não compõem folgadoamente o campo das ciências, que prefere o movimento qualificado entre indução e dedução. A rigor, os sintagmas que expressam a realidade vivida e suas gestões é que deveriam constituir os blocos paradigmáticos, que vão se alimentar de novos sintagmas, o que produz o círculo de conhecimento e sua comunicabilidade ao todo social. O estudo da linguagem e das línguas tem aí o seu fundamento, que também o é para as ciências humanas e sociais. Vide a reflexão de Roman Jakobson (1969) e Noam Chomsky (1973).⁹ O cânon projetado pela metáfora virtual, totalizante e apriorístico, sugere, ao contrário, um *topos* diverso, espécie de metáfora do mundo, que se coloca como substituição de tudo. A totalidade econômica erigida rouba parte do discurso contemporâneo, que poderia introduzir mediações, o que leva as fórmulas da OCDE ao encontro do mito trabalhado por Roland Barthes. O que deveria ser assessoria vira determinação. O que se apresenta como estudo e aconselhamento se transforma em totalidade a ser seguida. O que deveria ser parte, contigüidade, erige-se como um todo, que inclui sentidos ao seu próprio sentido, certamente para controlar e definir e não para compartilhar. O que poderia ser um conjunto de dados para tomada de decisões de fato se faz rito essencial.

⁹ JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969; CHOMSKY, Noam. **El lenguaje y el entendimiento**. Barcelona: Seix Barral, 1973.

Ao negar a vida política, ao ritualizar-se e fazer-se totalidade em si, o caso-mito da OCDE se nega como ciência, Dado fundamental: a OCDE não consegue provar que pelo caminho imposto trará o bem estar às nações. Mas continua a fazê-lo, dados os interesses mercadológicos e privatistas em jogo. Para o analista do discurso, dá-se ali a negação da Ciência, mas os *Economic Outlook* se apresentam como saber científico. Aliás, os *experts* da OCDE são tidos por áulicos europeus e alhures como “comunidade epistêmica”, porque portam um conhecimento superior ao da política tradicional, têm capacidade de processar mais informações e habilidade na apresentação de modelos realistas de mundo¹⁰, embora se trate de realismo que se alimenta em ângulo único, privilegiado. Dá-se, assim, uma profunda influência sobre os tomadores de decisão. No entanto, o que se vê na análise rigorosa de seus textos é uma ficcionalidade, que se coloca entre história e mito. E quem melhor faz essa mediação são os contos tradicionais da memória ancestral. Basta acompanhar aqueles paradigmas-fórmulas da OCDE para vê-los responder à lógica dos contos ancestrais. Em ambos há uma *memória meritória dos feitos*, que se *degrada* no relacionamento entre pessoas e instituições. A memória de mérito atua para *remediar*, admoestar, relembrar. Quando há *recuperação*, produz-se *recompensa*, cria-se sucesso. Quando não, o *castigo*, a punição, o insucesso de *management*, conduzido pelos ditames econômicos.¹¹ Os três paradigmas que este trabalho encontra no caso da OCDE (discurso harmônico-finalista, bloco da prosperidade e governo avalizável pelo mercado) compõem os sintagmas narrativos e descritivos da realidade e da ficção, cujo empréstimo, aqui, serve às associações político-econômicas que a OCDE deseja intensificar no universo dos estados-membros. Dentro deles, vários são os cenários e atores. Atualizada a memória da harmonia finalista em face de vícios, desgovernos e defeitos estruturais, pode-se prover a regeneração da harmonia por meio das doutrinas liberais de plantão. Para tanto, o cânon é, reiteradamente, o mesmo. Caso contrário, normas e regras devem ser impostas. Punições. E o são, para sofrimento de amplos setores da população, como também na estrutura de motivos dos contos, estórias e casos populares. Sistemáticamente, os vilões principais das sociedades nacionais são os trabalhadores, tanto dos arranjos produtivos quanto do serviço público, cujos poucos benefícios históricos vão caindo como peças de dominó. São culpados exclusivos de sua própria condição social, como todos os deserdados da ficção ancestral, os quais, via de regra, tornam-se migrantes; diriam Guimarães Rosa e José Lins do Rego que são homens e mulheres *moventes* da Terra. De todo modo, para a recuperação ou para a punição cabe avalizar os governos por segmentos privilegiados de atores sociais. Para essa narrativa mítica, o governo é a face visível do povo, que em si mesmo não comporta um rosto. Governos são atores da história que, sob a pan-ótica da economia neoliberal, se situam na fronteira entre recuperação/reconversão e fracasso/punição. Visto que não se auto-explicam, não são consideradas estruturas autônomas, devem ser avalizados, pois o contrário significa sua desqualificação. No mundo dos contos ancestrais, reis, pais, madrastas, seres alienígenas, gestores diversos desempenham tais papéis de administração do vivido. Eles são os representantes de um possível povo, ou segmento, sempre ausente, opaco e que, no entanto, garante representação vicária. Mas as negociações de representantes têm conseqüências profundas em sua vida cotidiana, que inclui o desterro, o inferno, a fome sistemática etc. Nas estórias dramáticas e maravilhosas, há certas mediações que buscam superar o castigo por conta de algum mérito que leve a alguma recompensa. No

¹⁰ BEYELER, Michelle. Introduction a comparative study of the OECD and European Welfare States. In: ARMINGEON, Klaus; BEYELER, Michelle. **The OECD and European Welfare States**. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing, 2004, p.1-12.

¹¹ Ver, a propósito, BARTHES, Roland. Introduction à l'analyse structurale des récits. In: **Communications**, n. 8, 1966; CHABROL, Claude (apres.). **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix, 1977. Vários textos são úteis para pensar o escopo trabalhado.

entanto, muitas vezes os beneficiários se esquecem da “graça recebida” e retornam aos antigos erros, de que resulta a punição exemplar.¹² Entende-se, pois, a alta redundância dos textos da OCDE sobre os riscos de retorno a velhas políticas fiscais e a negociações sociais que redundaram em inflação e ausência de necessários superávits. Mais: observe-se nos *Economic Outlook* a citação nominal das punições e das recompensas sofridas e auferidas pelos países, segundo suas linhas de negociação: de um lado a Alemanha, 1992 e de outro os “tigres” da Ásia no correr dos anos 90.

Outro componente da estrutura narrativa que busca o mito como forma organizadora é a generalização. Nos textos da OCDE vezeiro se cita a Europa como doente e/ou convalescente. Interessante é que essa doença está associada precisamente a certas concessões ao estado de bem estar social duramente conquistado. A negociações ou concertações havidas entre forças econômicas, poderes públicos e movimento de trabalhadores(as). O bem estar das majorias é doença, ou fraqueza, concessões diante de acordos globais de memória meritória. Para não ficar mais doente, a Europa precisa estar ciente (e os textos são pretensamente proféticos neste ponto) dos riscos, sempre batendo à porta como animais famintos ou ogros. O remédio? As mesmas fórmulas doutrinárias: reorganização das estruturas fiscais, ordenação de políticas com vistas a superávits comandados pelo rigor monetário e reestruturação mercadológica da economia da nação. Portanto, demonstra-se aqui um encontro de três sistemas semióticos: a comunicação econômica intergovernamental da OCDE, a narrativa memorial de casos e exemplos que se firmaram como contos maravilhosos ou dramáticos e a estrutura do mito, como modo de organização do discurso. Vê-se o cruzamento de sentidos. Tem-se um discurso formulador que não aceita mediações e, portanto, não se altera, rejeitando uma totalidade real e afirmando-se como totalidade em si mesma. O significante neoliberalismo, já tido como sólido, cláusula pétrea, é o significado que interessa, que porta os sentidos do destino do mundo contemporâneo. Nessa altura, já temos o mito em ação, porque as fórmulas são uma totalidade não mais questionada. O código do mito se atualiza plenamente, conforme a mais autorizada literatura a respeito, por exemplo Sebag¹³: “a. O discurso mítico tem necessidade de uma matéria que lhe preexista e lhe sirva de suporte; ele encontra-se no meio natural e humano no seio do qual surge; b. Tende a resolver no plano simbólico as antinomias vividas como dificilmente conciliáveis ao nível real; c. Só o consegue porque põe em ação de uma maneira mais radical a lógica subjacente à organização social; c. Numa perspectiva diacrônica, (o mito) não será apenas efeito, resultado, mas causa, visto que as ações futuras trarão a sua marca; d. Enfim, ultrapassa a sociedade particular que o gerou, uma vez que, para lá de conteúdos parciais, visa a significar certas estruturas permanentes do espírito”. A conjunção dos estudos de Barthes, Sebag, Jakobson e Cirlot esclarecem sobremaneira: o discurso econômico da OCDE canibaliza as mediações e, portanto, esconde as contradições, nutre-se do projeto modernizador europeu e se faz único, auto-explicativo. As metáforas fundamentais – por exemplo, desenvolvimento significa neoliberalismo – não são adorno, são a verdade a ser seguida, que deve inundar a história concreta das pessoas e instituições. Portanto, essas fórmulas não querem mais mudar o real, visto que já encontraram a realidade, a qual deve expandir-se para tudo e todos, *ser* tudo. Barthes (1972) afirmou que o mito é, naturalmente, imperativo. Impera com naturalidade.¹⁴ Essas fórmulas buscam ser, pois,

¹² Vide BREMOND, Claude. Os bons recompensados e os maus punidos: morfologia do conto maravilhoso francês. In: CHABROL, Claude (apres.). **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977, p. 108-36.

¹³ SEBAG, Lucien. O mito: código e mensagem. In: **Estruturalismo, antologia de textos teóricos**. Lisboa, Martins Fontes/Portugália, (s.d.).

¹⁴ **Mitologias**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

naturalmente, a verdade. Quem ajuda a garantir essa fórmula é uma outra estrutura, não mítica em si mesma, mas cujas linhas narrativas fazem compreender melhor o mito. De fato, os mitos penetram nas fórmulas narrativas dos contos, usam sua linguagem porque eles têm autoridade memorial, antiguidade, força de persuasão e, ademais, também compõem parte significativa das estruturas midiáticas: novelas, filmes, shows.

8 CONCLUSÃO

A estrutura de contos dramáticos, ou de fadas, indutora do mito dos *Economic Outlooks* da OCDE não desmerece a autoridade da assessoria intergovernamental. Ao contrário, esse discurso que se aproveita de estruturas narrativas aumenta a consistência da proposta e faz da OCDE um lugar de competência exemplar. Tanto os discursos bíblicos denominados como Velho Testamento, sobre equilíbrio, cuidado, punições e admoestações quanto incontáveis narrativas similares à estrutura fabular de *Chapeuzinho Vermelho*, da *Gata Borralheira*, *Os Sete Corvos* ou *O Ganso de Ouro* e milhares de outros compartilham certas estruturas canônicas da Economia, conforme aqui demonstrado. A Psicologia e a Psicanálise já ensinaram que os lobos, as fadas, os ogros e os justiceiros habitam fora, a sociedade, e dentro de nós, compondo nosso imaginário e mesmo certos espaços da objetividade narrativa e das nossas relações sociais. Evidentemente, o reforço do imaginário é diametralmente oposto à construção objetiva do texto científico, pois este deve compor o imaginário dos leitores e espectadores não parecendo fazê-lo, visto que o imaginário costuma ficar fora dos cânones científicos, permanecendo, pois, no domínio do cotidiano, dos desejos sociais, da fabulação das gentes. A análise dos textos da ilustre organização global revela uma exemplaridade canônica, construção estrutural de sintagmas e paradigmas. No entanto, aí reside o maior problema. O cânone econômico nega as mediações das gestões públicas e privadas. Nos seus encontros e desencontros com os grupos e instituições sociais, tais como movimentos, sindicatos, associações, revelam-se as fundas rupturas entre o real e o ideal, o discursivo e o vivido. Uma coisa é a elaboração canônica como força religiosa, ou a construção fabular como valor do imaginário e centralidade para a construção de identidades pessoais, familiares e grupais. Outra é a constituição do político travestido de canonicidade, de doutrina exemplar. Ademais, a motivação estrutural de fábula, presente no *Economic Outlook* da OCDE, mesmo de mito, não esconde o projeto polêmico, de acordos elaborados por cima e por vezes carentes de novos e difíceis referendos populares. Nos atos de punir, os agentes do poder dos contos simplesmente recuperam, sumariamente, a autoridade revelada na memória meritória das normas, “leis” e costumes. Dos acordos assinados pelos maiores da terra. No entanto, e isto interessa especialmente a este estudo, pelas brechas da polêmica, no interior das contradições vividas pelas gestões público-privadas, com a consciência da distância entre o texto exemplar e o trabalho assalariado continuamente precarizado, ou o degrado dos migrantes e o sistema público de educação medíocre, aí se organiza a negação das exemplaridades, dos consensos construídos “por cima”, do paradigma exigente de obediência. Quando esse processo se desdobra e repercute, o cânon se desfaz integralmente, visto que não há ajustes em cânon. Exige-se, pois, uma re-fundamentação de valores e uma extraordinária mudança sócio-lingüística a fim de que o processo anterior seja visto sob outros olhares, com outras faces. Precisamente é o que se dá hoje, por enquanto na Europa, por obra da tentativa de novo consenso em torno da denominada Constituição européia, já negada em votações públicas na França e na Holanda. E por que foi negada? Precisamente porque se apresentou como corpo doutrinário, de organização estrutural quando de fato é um corpo político polêmico e que provoca suspeita diante de outra memória, a dos bens adquiridos que

se põe em xeque. Porque se apresenta como corolário de uma idéia genial de integração e, de fato, termina mexendo no bolso das pessoas sem maiores explicações.

Ao repercutirmos a presente análise junto a outros textos da OCDE, não ocorre qualquer surpresa. Dois estudos sobre sistemas de saúde e estratégia para ampliação de empregos consolidam o modo de construção textual analisado. O primeiro, denominado *Em direção a sistemas de saúde de alta performance*, foi publicado pela OCDE em 2004.¹⁵ Um efetivo sinal da primeira fórmula paradigmática, isto é, o discurso harmônico-finalista se apresenta no louvor generalizado: “Uma criança nascida num país da OCDE em 2000 pode esperar viver, em média, nove anos a mais que uma nascida em 1960”. Pelo ângulo dos investimentos e, parcialmente, das tecnologias, pode dar-se – e se espera que sim – mas a previsão já não é voz corrente nem no Japão, país tantas vezes tido como exemplar pelos especialistas da OCDE. O Prof. Yasuyochi Ouichi, da Universidade de Tóquio, mostra que os novos hábitos alimentares, capitaneados pelo *fast food*, de fato podem cortar vários anos da expectativa de vida dos hoje garotos e garotas.¹⁶ Evidentemente, a ótica da assessoria intergovernamental não inclui as relações entre *fast food* e saúde, do mesmo modo como nos anos 80 raríssimos organismos internacionais se preocupavam com ecologia e, muito menos, com aquecimento global. O campo das projeções econômicas não é o campo do cotidiano vivido. A frase inicial e outras incluem na própria estrutura de sua composição o bloco da prosperidade, segundo paradigma estudado, visto que é corriqueira a linguagem “os países da OCDE”, o que mostra a autonomia, ou a soberania, do órgão assessor. A linguagem generalizada e legitimadora se espalha pelo texto: “Muitos países da OCDE iniciaram o monitoramento de indicadores de qualidade dos cuidados sanitários”. Esse tom, travestido de memorial dos fundamentos da economia liberal, mantém-se no texto, buscando a eficiência em saúde a par das reformas estruturais, da ampliação da saúde como indústria lucrativa, do aumento da contribuição dos usuários, ainda que pobres, dos benefícios sociais que põem em risco os orçamentos, dos avanços tecnológicos como performance e fonte de lucro. A memória finalista vivida pelo bloco da prosperidade constrói um conjunto de metáforas oceâneas, que permitem, nesses novos textos, fazer dos governos um mecanismo injetor de recursos na saúde duplamente privada: paga pelos usuários (o substantivo usado é *participação*) e com liberada presença, também subsidiada pelos países, dos capitais privados. Um dos últimos parágrafos do texto produz nova metáfora, a saber, o campo da saúde “possibilita numerosos empregos e é uma indústria lucrativa”. Associada à exigência de que mesmo os pobres custeiem sua saúde, que os governos subsidiem empresas seguradoras e que as intervenções públicas devem ser limitadas, a metáfora garante o paradigma destacado noutros escritos da OCDE, qual seja o do governo avalizado pelo mercado, o público condicionado pelo privado. Vale a pena citar uma pérola textual: “Medidas políticas, como a recusa da discriminação na contratação e a implementação de um sistema baseado na experiência para compensar os riscos entre as seguradoras podem contrariar isto (que as seguradoras prefiram e concorram por populações mais saudáveis), mas estas mesmas medidas reduzem os incentivos para as seguradoras gerenciarem os custos”.¹⁷

Não se pode negar a inteligência do texto, quer a preocupação com a prevenção, com o equilíbrio orçamentário, com a política pública eficiente ou a formação contínua de profissionais. Ora, há países que fazem isso muito bem, como os nórdicos, sempre citados pela famosa assessoria. Nem se pode desqualificá-lo quando opera a tautologia, a obviedade dos lucros obtidos no campo da saúde, bem como a asserção duvidosa acerca de empregos ou

¹⁵ OCDE. *Multilingual Summaries*, 2004.

¹⁶ Sítio www.madeinjapan.org acessado em 27 de abril de 2007.

¹⁷ Texto citado da OCDE. página 9.

expectativa de vida. A questão central é que o modo de construir o texto ratifica a obra fechada, auto-explicável, sem lugar para a manobra das gestões, submetidas a um punhado de diretrizes que não se afastam do figurino internacionalizado. Talvez por isso, o campo da política pública concreta queima as mãos da OCDE. Ao final do texto, apresentam-se numerosas perguntas que quase invalidam o documento. Parece caber às governanças o parto das soluções para o cotidiano, mesmo que tais demandas (que são sintagmas de necessidades e desejos reais) não se encaixem no funil das diretrizes econômicas cobradas. Vale a pena conhecê-las: “Como podem ser promovidos avanços contínuos na tecnologia médica, e assegurado o acesso oportuno, e conseguir ao mesmo tempo administrar os recursos públicos de modo responsável? Como pode a inovação ser orientada em direções que melhor se adaptem às necessidades e prioridades sanitárias? Qual é a melhor maneira de garantir futuras prestações adequadas por parte dos profissionais de saúde? Como podem os motivos econômicos dos profissionais de saúde ser bem alinhados com os objetivos de prestação de cuidados de saúde rentáveis? Como podem as forças competitivas de mercado ser melhor empregadas para aumentar a eficiência dos sistemas de saúde? Quais são os critérios de responsabilidade profissional médica que melhor evitem a negligência, compensem vítimas e estimulem a utilização apropriada de serviços?”.

O segundo texto, *Policy Lessons from reassessing the OECD jobs strategy*¹⁸, impõe respeito imediato, como se o tratamento do problema do emprego e da geração de renda, dada a sua transcendência, não pudesse estar fora do marco religioso, do campo metafísico. Ocorre que em 1994 a OCDE publicou um texto com dez componentes, a fim de reduzir a falta de emprego e implementar o mercado de trabalho. Relido, o texto lembra o formato dos dez mandamentos:

The 1994 jobs strategy: the ten broad recommendations

1. Set macroeconomic policy such that it will both encourage growth and, in conjunction with good structural policies, make it sustainable, *i.e.* non-inflationary.
2. Enhance the creation and diffusion of technological know-how by improving frameworks for its development.
3. Increase flexibility of working-time (both short-term and lifetime) voluntarily sought by workers and employers.
4. Nurture an entrepreneurial climate by eliminating impediments to, and restrictions on, the creation and expansion of enterprises.
5. Make wage and labour costs more flexible by removing restrictions that prevent wages from reflecting local conditions and individual skill levels, in particular of younger workers.
6. Reform employment security provisions that inhibit the expansion of employment in the private sector.
7. Strengthen the emphasis on active labour market policies and reinforce their effectiveness.
8. Improve labour force skills and competences through wide-ranging changes in education and training systems.
9. Reform unemployment and related benefit systems – and their interactions with the tax system – such that societies’ fundamental equity goals are achieved in ways that impinge far less on the efficient functioning of the labour markets.
10. Enhance product market competition so as to reduce monopolistic tendencies and weaken insider-outsider mechanisms while also contributing to a more innovative and dynamic economy.

Pois bem, o texto de 2006 foi encomendado por ministros da União Européia, com vistas a enfrentar a crise continuada de emprego e renda. Nele, a OCDE, a par de

¹⁸ Publicado pela OCDE em 2006. Encontrado no sítio www.oecd.org.

apresentar estatísticas já conhecidas em outros estudos, reafirma suas propostas, visto que elas mantêm “effective tool” para fortalecer a performance do mercado de trabalho¹⁹ e recoloca as diretrizes, que demandam a construção de políticas macroeconômicas com estabilização monetária e política fiscal, como proposto, mais o corte de custos, os balanços saudáveis, a diminuição de benefícios aos inativos e a nova metáfora da “flexicurity”, forma de flexibilização que implica em facilitar as decisões dos empregadores. Amplia a discussão sobre o desenvolvimento de “obrigações mútuas” (no texto sempre com aspas) entre poder público e os buscadores de trabalho, os quais devem ativar sua busca e mesmo sofrer algumas sanções no benefício recebido, em caso de grande extensão da busca.

Ainda que a introdução do estudo o apresente como aquele que “ilumina a necessidade de as estratégias considerarem circunstâncias e preferências das nações”²⁰, há pouco espaço para tal. Uma das operações retóricas do texto é o grande número de frases que se iniciam como fatos consumados, verdades que independem da sua demonstração. São muitas expressões como estas: “muitas nações...”, “consistentes análises...”, “recentes desenvolvimentos...”, “Existe robusta evidência...”, as quais fecham o espaço para o contraditório, para a gestão da possível precariedade, visto que anunciam sucessos e comprovações de assertivas da OCDE. Nada é precário nos textos da OCDE. Nem uma simples metonímia do cotidiano e da interlocução dos trabalhadores, um sintagma que ajude a explicar talvez precariamente o que se fez e o que não se fez, o sucesso e o insucesso, o erro e o acerto. Nesses textos, erros e insucessos somente concorrem para levar água ao moinho dos paradigmas fortalecidos por tantas eficientes e eficazes metáforas. O recurso retórico consolida sentidos de certos termos da argumentação a partir de fenômenos dados e reforçados. Quem é que pode ameaçar a eficácia e a eficiência dos “dez mandamentos” de 1994 diante da robustez, da evidência, da grande experiência, do desenvolvimento recente, de sua consistência? Enfim, o que se entrevê na estrutura profunda dos textos e se lê no acúmulo metafórico é que a real (não a *alta*) performance do mercado de trabalho dos países é um sintagma não operativo em face das metáforas-fórmulas. O alto grau de precariedade e de morte no trabalho, que está exigindo do Conselho de Ministros da Itália a adoção de novas normas quanto à contratação e subcontratação de pessoas temporárias, interinas e desqualificadas também é sintagma aposentado.²¹ A convergência do discurso aqui estudado aponta para algo transcendental, isto é, as diretrizes econômicas neoliberais são a condição do crescimento, do desenvolvimento dos países. Haveria robustas evidências para isso...

O final do texto atemoriza, porque usa palavra muito presente nos dicionários de símbolos e mitos: as novas diretrizes para o campo do trabalho passam a ser *pilares*. O pilar é a metáfora de diretriz econômica e se ergue como substituto mais leve e enxuto do que as dez recomendações de 1994. No entanto, as repete, ampliando sentidos na clareza do projeto em curso e eliminando, sem discussão, o que pode não ter funcionado no curso do tempo. Agora erguem-se esses pilares: a implementação da política macroeconômica, a remoção de impedimentos para maior mutualidade de participação no mercado de trabalho, a aproximação entre demanda de trabalho e capacidade do mercado e a facilitação para o desenvolvimento da força de trabalho e sua competência. E um apelo final: a vontade política é indispensável na feitura das reformas e não se deve ficar inativo diante das dificuldades.

¹⁹ Expressões da página 9, texto citado.

²⁰ O Secretário Geral da OCDE é o Sr. Angel Gurría.

²¹ A manchete do jornal italiano *Corriere della Sera*, de 14 de abril de 2007, diz: “Lavoro, 4 morti in un giorno. Il premier: martiri”. Noutro espaço do mesmo cotidiano: “Tutele ai precari e premi per ridurre gli infortuni”. Os textos desenvolvem o volume dos problemas, especialmente advindos do modo de contratação e subcontratação de trabalhadores.

A memória leva aos Pilares de Hércules, quem sabe os marcos dos Estreitos de Gibraltar, fronteira do mundo europeu. Antigo brasão espanhol tinha gravados dois pilares, as colunas gêmeas em que se assenta o mundo antigo e o mundo novo. Dizem alguns que os cortes no símbolo que informa o dólar são dois pilares. Portanto, quer por ato motivado, quer por aleatório dos *experts* da OCDE, a memória feita texto dos pilares para ressignificar o campo do trabalho a partir de 2006 supera a escritura das recomendações de 1994 e cria um tempo contínuo e sólido. Considerada a análise do *OECD Economic Outlook*, um tempo mítico. Sendo mítico, é verdadeiro, pois é interpretado somente por um ângulo, que acumulou em si os sentidos dos outros ângulos e das outras visões do mundo. *Non plus ultra*. Segundo uma lenda, o rei de Byblos cortou uma árvore de Osiris e a transformou em pilar do seu palácio, agregando fragrância, conhecimento e valor ao seu espaço de poder. Cirlot (ano) mostra que o surgimento de dois pilares lembra as colunas conforme relatadas no livro de Reis, do Antigo Testamento bíblico.²²

No estudo desses textos, o que se põe à mostra não é a dicotomia conservadorismo/progresso e sim a crise dos valores históricos em face dos bens comuns já conquistados, ou em disputa. Revela-se, pois, o programa de hegemonia encarnado nos discursos, suas formas sociais e seus sentidos, em cujos níveis políticos ocorrem conseqüências muito graves na vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Os medos, temores e punições vividos pelas populações latino-americanas durante a chamada Guerra Fria também foram tramados ao modo do mito legitimador das várias formas de domínio. Alguns componentes da presente análise podem compor o campo metodológico com vistas a um estudo frutífero desses territórios histórico-políticos.

Portanto, quando os discursos não aceitam ser parte da vida social, senão sua totalidade, já se está diante das tramas perigosas dos mitos e suas conseqüências sociais. Ora, em face do complexo destino humano, hoje posto à prova, política e ecologicamente, não há como deixar de empreender a sua rigorosa crítica. A mobilização pessoal e coletiva, como lembra Barthes, pode ser o ponto de partida para a desmontagem dos mitos. Até os da Economia. Novamente aqui a centralidade da comunicação e sua ação cultural, mas em outra chave, aquela do reencantamento do mundo, na qual o novo conhecimento é valor para a mudança social.

REFERÊNCIAS

AARNE, Antii; THOMPSON, Stith. The types of folktale. Helsink: **Folklor Felows Communications**, 184, 1961.

BEYELER, Michelle. Introduction: a comparative study of the OECD and European Welfare States. In: ARMINGEON, Klaus; BEYELER, Michelle. **The OECD and European Welfare States**. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing, 2004.

BARTHES, Roland. Introduction à l'analyse structurale des récits. In: **Communications**, n. 8, 1966.

_____. **Mitologias**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

BREMOND, Claude Os bons recompensados e os maus punidos: morfologia do conto maravilhoso francês. In: **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977.

²² Op. cit., p. 364.

CASTREE, Noel et al. (orgs.) **Spaces of work, global capitalism and geographies of labour**. London: Sage Publications, 2004.

CHABROL, Claude (apres.). In: **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

CHOMSKY, Noam. **El lenguaje y el entendimiento**. Barcelona: Seix Barral, 1973.

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Diccionario de símbolos**. Barcelona, Editorial Labor, 1978.

DUBOIS, J. et al. **Retórica gral**. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1974.

DUNDES, A. The morphology of North American Indian Folktales. In: **Communications**, Helsinki: Folklor Felows Communications, vol.18, n.195, 1962.

GENETTE, G. **Figures**. Paris: Éd. du Seuil, 1966.

GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, s.d.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

KANTER, Rosabeth Moss. Sucesso local na economia global. **Harvard Business Review**, v. 81, n. 8, Aug. 2003.

OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). **Economic Outlook**. 1992.

_____. **Economic Outlook**. 1999.

_____. **Economic Outlook**. 2005.

_____. Em direção a sistemas de saúde de alta performance. **Multilingual summaries**, 2004.

_____. **Policy lessons from reassessing the OECD jobs strategy**. 2006. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>.

OUICHI, Yasuyoshi. **Sobre fast food e longevidade**. Disponível em: <<http://www.madeinjapan.org>>.

PLATONE. **Il Simpósio**. Venezia: Marsiglio, 1992.

PROPP, Vladimir. **Las raices historicas del cuento**. Madrid, Editorial Fundamentos, s.d.

SEBAG, Lucien. O mito: código e mensagem. In: **Estruturalismo, antologia de textos teóricos**. São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/Portugália, (s.d.).



VIANNA, Hélio. **História administrativa e econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.

(A Europa Ocidental nos estudos de *Economic Outlook*, da Organização para a
Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE)

Science and Myth at International Management
(The Western Europe in *Economic Outlook* studies, OECD)
2007